
O sujeito no jornal

Norma Discini

Resumo

O sujeito da enunciação, concebido como construção do próprio discurso, ou seja, como efeito de sentido de individualidade, implica uma voz, um corpo, um caráter, um ethos, enfim. Esse sujeito, depreensível dos textos por meio de uma análise que observa a relação do plano de expressão com o plano de conteúdo, pode, no processo de leitura, ser incorporado por meio da observação de homologações de categorias do plano da expressão com categorias do plano do conteúdo. Esse sujeito, ora depreendido de textos jornalísticos, emerge de relações semi-simbólicas que confirmam a importância do plano da expressão de textos de tal gênero, para que se descreva o estilo de um jornal.

Palavras-chave: enunciação; ethos; estilo; texto; discurso.

Introdução

O estilo é o homem, disse Buffon. A descrição semiótica de um estilo, orientada pelos discursos fundadores de Saussure e de Hjelmslev, buscará esse homem como efeito de sentido a ser reconstruído nos próprios textos, observados na relação entre a imanência e a manifestação, entre o plano do conteúdo e o plano da expressão. Esse homem, buscado como sujeito da enunciação, com corpo, voz, tom de voz, caráter, como *ethos*, enfim, é depreensível por meio da observação das relações de sentido estabelecidas na imanência discursiva. Para essa análise, é utilizado um instrumento metodológico, o percurso gerativo do sentido, que refaz as relações estabelecidas no plano do conteúdo, desde as mais simples e abstratas até as mais complexas e concretas. No plano do conteúdo o perfil do sujeito é delineado pela própria práxis enunciativa, dada à observação do analista como a relevância ideológica dos valores que, subsidiando texto e discurso, comprovam a imanência textual tanto como constituinte da transcendência histórica quanto constituída por ela. O contexto é construído pelo texto.

Ao falar na relação texto / contexto, pensa-se na relação eu / outro. Herdando de Bakhtin a concepção dialógica da linguagem, confirma-se que *o estilo são dois homens*. O efeito de individualidade, dado pela recorrência de um fazer e de um ser numa totalidade de discursos enfeixada por uma unidade e homogeneidade de modo de presença, supõe uma heterogeneidade constitutiva (AUTHIER-REVUZ, 1982). O centro se define pelo não-centro; o eu, pela relação com o outro. Observar como se relaciona o sujeito com as formações sociais, na medida em que fala delas e é falado por elas, é recuperar um modo próprio de presença no mundo. A partir da imanência discursiva é que a História é reconstruída.

Mas o sujeito também se dá a conhecer nos próprios mecanismos de construção do sentido estabelecidos na relação entre os planos da expressão e do conteúdo dos textos. Entre esses mecanismos destacam-se as relações semi-simbólicas. Para entender o semi-simbolismo, observemos um pouco mais a junção entre esses dois planos, que são estruturadores da linguagem, pois não há expressão senão em relação a um conteúdo. Consideremos três possibilidades de junção entre esses planos. Primeiro, tomemos textos ditos de função referencial ou utilitária predominante, aqueles que fazem prevalecer a informação do conteúdo, como a bula de remédio ou a receita culinária. Nesses textos, o plano da expressão, chamado a se jungir ao plano do conteúdo, pode ser comparado a uma peneira grossa, de grandes orifícios, pelos quais a informação escorre rápida, porque sem ambigüidades. Textos de tais gêneros não supõem atenção detida no plano da expressão, cotejado apenas como um meio de expressão do conteúdo; um meio que, sem relevância, não recria o sentido em si.

Como segunda possibilidade de construção do sentido pela junção dos planos citados, observemos os símbolos. Uma relação unívoca ou de conformidade termo a termo entre os planos da expressão e do conteúdo resulta num símbolo, como a foice e o martelo, do comunismo; ou a balança, da justiça. Trata-se de representações que perdem em arbitrariedade ou em convencionalidade e, indivisíveis em unidades menores, apóiam-se num

rudimento de elo natural entre as duas faces do signo, lembrando preceitos saussurianos. Por se circunscreverem a tal relação termo a termo, tais representações não constroem sistemas, os quais supõem uma forma, dada como estrutura e firmada em relações categoriais. A teoria semiótica constitui-se como teoria da significação e não dos símbolos, já que cuida do sentido enquanto forma, enquanto arquitetura recuperável na relação *expressão / conteúdo* dos textos.

Na terceira entre as possibilidades propostas falamos em um semi-simbolismo sustentado pela correlação entre categorias do plano da expressão e do conteúdo dos textos. Para exemplificar essa correlação entre categorias, tomemos o caso da oposição *afirmação (sim) vs. negação (não)* do plano do conteúdo, que corresponde à oposição *verticalidade vs. horizontalidade* do plano da expressão da gestualidade, como demonstram Greimas e Courtés (1989, p. 203); ou tomemos casos de aliterações, de assonâncias, de rimas que, no dizer de Barros (2002a, p. 153), como organizações semi-simbólicas, instauram um novo saber sobre o mundo. Importa que a relação semi-simbólica, que não se dá entre unidades da expressão e do conteúdo, como no caso do símbolo, mas que se constrói por meio da homologação entre algumas das categorias de cada plano, recria, no plano da expressão, elementos do conteúdo. Tal relação semi-simbólica, ao contribuir para a desestabilização do já dito e para o inacabamento do sentido, costuma ser vista como fator de construção do objeto estético. Entretanto, esse semi-simbolismo ocorre não só nas artes, mas também em textos tidos entre aqueles de função referencial ou utilitária predominante. É o caso dos jornais.

No discurso jornalístico e, no caso específico a ser tratado, nos editoriais jornalísticos, o plano da expressão pode apresentar-se como não-restrito a veículo do sentido proposto pelo plano do conteúdo. A manifestação textual recria aí, a partir do já veiculado, outros sentidos, entre os quais está o traçado do corpo do sujeito da enunciação, sujeito já antropomorfizado na própria imanência discursiva, por meio das relações estabelecidas entre a enunciação e o enunciado. A enunciação, aliás, sempre pressuposta ao enunciado, nele deixa marcas de sua presença, mesmo quando simula a própria ausência. Tal relação enunciação / enunciado, cotejada no plano do conteúdo, firma um modo próprio de dizer, suporte de determinada *héxis* corporal, que é um modo próprio de ocupar o espaço. Tal relação constrói o simulacro ou a imagem do enunciador no plano do conteúdo.

Interessa, porém, neste momento, examinar mais detidamente como a relação entre os planos do conteúdo e da expressão contribui para a construção do sujeito da enunciação como figura que, tendo atingido determinada individualidade no plano do conteúdo, pode ser mais detalhadamente iconizada no próprio plano da expressão. Por homologação de categorias entre os dois planos, são consolidados esquemas corporais do sujeito da enunciação, assim dado a determinada "incorporação" (MAINGUENEAU, 1995, p. 140). Lembrando que ator é a representação discursiva de um personagem, temos para o ator da enunciação um sujeito que, longe de se dar a ver no enunciado tomado isoladamente, apresenta-se depreendido das marcas da enunciação no enunciado. Esse sujeito também

se apresenta redesenhado nas relações semi-simbólicas estabelecidas pelos textos. Fiorin afirma que se acede à corporalidade da enunciação enunciada por um modo de dizer, e acrescenta: "Para apreender esse tom [de voz do sujeito da enunciação] integram-se à semântica o ritmo e a prosódia, o nível de linguagem etc. Faz-se essa integração ampliando-se o conceito de semi-simbolismo" (FIORIN, 1996 a, p. 88).

O editorial jornalístico

Pensemos num jornal como uma totalidade de discursos, da qual se depreende um determinado efeito de sujeito. Podemos tomar uma unidade qualquer desse jornal: as páginas de rosto; as ditas páginas de opinião; os cadernos especializados. Essas unidades podem ser recortadas quer pela seleção de determinado período de publicação, quer por um critério temático. Importa que teremos sempre e inevitavelmente o todo em cada parte. A observação da constância das relações de sentido na imanência de uma totalidade discursiva permite ao analista recuperar o todo sem recorrer à totalidade numérica de discursos. No caso de um mesmo jornal como a *Folha de S. Paulo*, não é preciso analisar todas as seções de um mesmo caderno; ou todos os editoriais, sejam eles de um mesmo período, sejam eles sobre um mesmo tema. Não é necessário examinar todas as 27.378 edições (número de edição da *Folha*, em 18/03/04) para que se depreenda a recorrência de um fazer e ser. A totalidade discursiva, constituinte de um estilo, é sustentada pela estabilidade de um fato formal (cf. DISCINI, 2003, p. 36-57).

Dois editoriais merecerão comentários: um, intitulado "Transgênicos e demagogia", publicado em *O Estado de São Paulo* (OESP), em 29/10/2003, p.A 3; outro, intitulado "A lei dos transgênicos", publicado na *Folha de S. Paulo* (FSP), em 31/10/03, p.A 2. Antes de qualquer análise, porém, é interessante lembrar alguns dos parâmetros que definem o discurso jornalístico como gênero. Segundo Maingueneau (1999, p. 75-100), uma cena discursiva englobante refere-se aos tipos de discurso: literário, religioso, filosófico, midiático; uma cena genérica, por sua vez, diz respeito ao contrato ligado ao gênero específico, ou à chamada instituição discursiva: sermão, guia turístico, editorial jornalístico. Considerando para a cena englobante o discurso jornalístico da imprensa dita séria, procuraremos observar se os editoriais escolhidos mantêm obediência às regras: tanto da cena englobante como da própria cena genérica. A relação estabelecida de cada editorial com as regras genéricas antecipa a definição de um ideal de voz para o sujeito. Esse ideal de voz corresponde à cenografia discursiva ou à cena enunciativa, como sugere o próprio Maingueneau:

Através de seus enunciados o discurso produz um espaço em que se desenvolve uma "voz" que é própria a ele. Não é questão de fazer falar um texto mudo, mas de cercar as particularidades da voz, que a semântica (global) impõe. A fé em um discurso supõe a percepção de uma voz imaginária, fiadora da presença de um corpo (MAINGUENEAU, 1984, p. 98-99).

Observam-se, como regras genéricas do discurso jornalístico considerado, efeitos de sentido de realidade, de objetividade e de verdade.

Para o efeito de realidade, ratificamos o princípio do referente interno. Interessa ao analista da imprensa a realidade examinada como enunciado, como construção do discurso. Para o efeito de objetividade, lembramos a ilusão, o simulacro de objetividade construído pelo próprio sujeito do jornal. A enunciação, sempre pressuposta, faz crer no próprio alheamento para fazer-crer na própria imparcialidade. Para o efeito de verdade, enfatizamos que, como dado discursivo dirimido do trânsito entre o parecer e o ser, o simulacro de um dizer verdadeiro renova o pacto de confiança entre enunciador e enunciatário, para que se legitimem o próprio dizer e o dito. Já a *Retórica*, de Aristóteles (s. d, p. 206), postula que o importante não é ser verdadeiro, mas parecer verdadeiro. Nada se constitui aprioristicamente ao universo discursivo do jornal.

Um narrador sempre implícito e que não diz eu, mas que se firma como voz delegada da enunciação (cf. FIORIN, 1996b, p. 64), é outra regra genérica do discurso jornalístico observado. Esse narrador contribui para que se firme no jornal o simulacro do sujeito ausente e não comprometido; um sujeito que, apresentado como enunciador único, subsume diagramador, editorialista, repórter, entre outros, para arquitetar o mundo circunscrito à efemeridade de um dia; um sujeito que age em co-enunciação com o leitor, projetado, este leitor, como feixe de expectativas inscritas no próprio jornal. Viabilizando a convergência de simulacros entre enunciador e enunciatário, o jornal faz o leitor fazer, faz também o leitor ser, pois o faz crer nos valores ideológicos implícitos, para além de fazê-lo simplesmente saber de informações discursivizadas em manchetes, *leads*, fotos, reportagens, etc. Esse enunciador, entretanto, não é soberano. Manipulam-no as formações ideológicas que, articuladas às classes sociais, ditam o que pensar, direcionando tanto a seleção de determinados percursos temático-figurativos, quanto o modo de usar temas e figuras selecionados.

Tomando, como ponto de partida para a análise, o editorial, temos então uma cena genérica a ser cotejada na relação com a cena englobante, a imprensa dita séria, para que se consolide a cenografia de cada jornal, *Folha* ou *Estadão*. Da cenografia será apreendido o corpo do sujeito da enunciação, que recobre o enunciador e o enunciatário-leitor. Enunciatários apresentam "corpos semelhantes ao do enunciador", diz Fiorin (1996a, p. 89). Para além das cenas englobante e genérica, é portanto a cenografia que recupera a relação enunciado / enunciação, a fim de que se possa apreender a voz e o tom da voz do sujeito de um jornal. A noção de cenografia, por sua vez, converge para a de dêixis discursiva, como o "foco de coordenadas que serve de referência diretamente ou não à enunciação", conforme diz Maingueneau (1995, p. 121). A propósito, Maingueneau ressalta a definição de cenografia por meio do destaque daquilo que ela não é: "Não se trata de datas e lugares onde foram produzidos os enunciados, mesmo porque o estatuto dos enunciadores não coincide com a realidade biográfica dos autores" (MAINGUENEAU, 1984, p. 96).

Antes porém de procurar entender o estatuto do enunciador de cada jornal cotejado, observemos algumas especificidades do gênero *editorial*. O editorial é um texto que: a – firmando uma organização predominantemente

temática, explícita, comenta, analisa e discute dados da própria realidade midiática; b – deixando de apresentar assinatura explícita, supõe um sujeito que deve simular distanciamento em relação ao enunciado; c – operando com termos predominantemente abstratos, apresenta figuras com baixo teor de iconização; d – promovendo o emprego da variante lingüística formal e culta, consolida a imagem de justa medida proposta para o sujeito da imprensa dita séria; e – viabilizando o debate de idéias, conduz necessariamente a determinada conclusão; f – promovendo a presentificação da “realidade”, constrói a “página de opinião”.

Examinar como e por que a cenografia confirma ou nega tais regras da cena genérica permite a apreensão de um determinado tom de voz, da *Folha* ou de *O Estado*, como veremos.

Semi-simbolismo e incorporação do sujeito

Tentaremos proceder à reconstrução do corpo do ator da enunciação, enquanto iconografia, enquanto figura consolidada no semi-simbolismo da relação expressão / conteúdo. Com o resgate dos fatos da gramática da frase, procuraremos demonstrar a incorporação de um modo próprio de dizer, articulado a um tom próprio de voz: um, mais contundente e pleno de denúncias; outro, mais suspeito que denunciador. Lá e cá configurar-se-ão dois *ethes*: um, hiperbólico; outro, eufemístico. Vejamos então os editoriais citados de *O Estado de São Paulo* e da *Folha*, ambos apoiados no tema da viabilização, no Brasil, dos alimentos transgênicos.

Tomemos inicialmente o editorial da *Folha*, “A lei dos transgênicos”. Com sete parágrafos distribuídos em duas colunas e desenvolvidos cada qual em dez linhas aproximadamente, tal editorial, que ocupa uma extensão de 20 por 10 cm, compõe a chamada página de opinião, encabeçada por uma charge sobre o mesmo tema. Na charge, duas mulheres se aproximam de uma banca de alimentos transgênicos e os observam interessadas. Uma delas exclama: “— Bem, olhando assim de perto, não parece ruim!” Enquanto isso, por trás das senhoras, sai, de uma das caixas cheia de grãos de cereais, uma planta agigantada, que dirige monstruosos tentáculos para devorá-las. Com os traços do desenho guiados pela desproporção de escala, própria do gênero caricatural, representam-se as figuras femininas como pessoas minúsculas, de nariz hiperbolizado, o que remete ao efeito visual de inadequação. Tal efeito é reforçado verbalmente na fala dada como inadvertida, frente à ameaça circundante. Sincretizam-se ou se juntam o verbal e o visual para a consolidação do efeito de inadequação, próprio, aliás, ao efeito de humor. Firma-se para a charge uma cenografia que permite e prevê o *non-sens* ou o mundo ao revés. Como texto parodístico e predominantemente figurativo, a charge, construindo ludicamente a relação intertextual com o editorial, remete a determinada cenografia aliada mais à mobilidade e menos à fixidez de um modo de presença. Para esse traço de mobilidade colabora o efeito do riso, aliado do *grottesco*, tal como o estuda Bakhtin (1987, p. 28).

O editorial, por sua vez, discorre sobre a questão dos transgênicos, após explicitar a apresentação de um projeto de lei sobre biossegurança do

governo Luiz Inácio Lula da Silva. Lamentando “que a sombra da desconfiança tenha caído sobre os transgênicos”, didaticamente define a transgenia como “técnica de engenharia genética, que pode engendrar produtos úteis ou verdadeiras bombas ecológicas”, como está dito nos parágrafos:

É lamentável que a sombra da desconfiança tenha caído sobre os transgênicos. A rigor, nem faz muito sentido falar em transgênicos sem especificar qual é o produto em questão. A transgenia é apenas uma técnica de engenharia genética, que pode engendrar produtos úteis ou verdadeiras bombas ecológicas. Será sempre preciso analisar caso a caso.

Esta Folha já se declarou favorável à liberação da soja transgênica, considerando que a experiência internacional não indica riscos à saúde humana e ao ambiente. Considera que o consumidor deve ser informado no rótulo sobre as características do produto. Eventuais melhorias à agricultura são bem-vindas, desde que seguras. Como toda tecnologia nova, é preciso pesar ganhos e prejuízos. No fundo é uma questão de bom senso — precisamente o que tem faltado no atual debate (FSP, 31/10/2003, p. A 2).

Explicitado o tópico a ser discutido, como mandam as regras da cena genérica, o discurso desenvolve a avaliação dos acontecimentos relativos ao tema. Para tanto, inscreve o enunciador no enunciado por meio de um narrador que não diz eu, confirmando dessa vez regras da cena englobante. Despontam assim artimanhas da enunciação no simulacro do próprio distanciamento tanto em relação ao enunciado como em relação ao enunciatário; uma enunciação, entretanto, que, pelo próprio modo de se dissimular, desvela-se.

Para poder constatar como determinados recursos gramaticais podem construir tais estratégias discursivas, examinemos quatro ocorrências que, do nível da frase, saltam para o texto e para o discurso, de onde vieram. Trata-se do emprego: a – da voz passiva; b – de orações subordinadas substantivas subjetivas e predicativas; c – da terceira pessoa no lugar da primeira; d – de nomes com traços de generalização para o preenchimento semântico do sujeito das orações; e – de adjetivos com baixa carga semântica de subjetividade.

Reunindo em cada um desses itens as ocorrências textuais correspondentes, temos:

- a – Emprego da voz passiva: Foi finalmente apresentado o projeto de lei sobre biossegurança do governo Lula (§1); Poderão ser esmaecidos os entraves aos transgênicos (§2); Conta-se a reestruturação da Comissão Técnica de Biossegurança (§3); A Comissão Técnica de Biossegurança será ampliada (§3); Mesmo que o texto do projeto não seja muito alterado (§5).
- b – Emprego de orações subordinadas substantivas subjetivas e predicativas: Cumpre lembrar que a proposta vai para o Congresso (§2); É lamentável que a sombra da desconfiança tenha caído sobre os transgênicos (§6); Nem faz muito sentido falar em transgênicos

sem especificar (§6); Será sempre preciso analisar caso a caso (§6); É preciso pesar ganhos e perdas (§7).

- c – Emprego de terceira pessoa no lugar da primeira: Esta **Folha** já se declarou favorável à liberação da soja transgênica (§7); Esta **Folha** considera que o consumidor deve ser informado (§7).
- d – Emprego de nomes com traços de generalização para o preenchimento semântico do sujeito das orações: As paixões que tomaram de assalto os debates deixam dúvidas (§1); Os descontentes sempre poderão recorrer à justiça (§5);
- e – Emprego de adjetivos com baixa carga semântica de subjetividade: O projeto resgata vínculos *históricos* do PT com os ambientalistas (§2); Fica a sensação de que o CNBS (Conselho Nacional de Biossegurança) apenas dá uma expressão *administrativa* à polêmica dos OGMS (organismos geneticamente modificados) (§5).

Quanto ao emprego da voz passiva no lugar da voz ativa, rememoremos as possibilidades que a língua oferece: 1. José encontrou a caneta. 2. A caneta foi encontrada por José. 3. A caneta foi encontrada. 4. Encontrou-se a caneta.

Ao examinar a organização sintática dos termos dessas quatro orações, nota-se que o uso da voz passiva no lugar da ativa apresenta uma funcionalidade discursiva, pois contribui para o efeito de distanciamento da enunciação. Para tanto, a voz passiva promove o enfraquecimento do sujeito do enunciado: na transformação da função sintática de sujeito em agente da passiva (caso 2); no apagamento do agente da passiva (caso 3); no emprego da voz passiva dita sintética (caso 4). Observamos que no editorial a escolha desse recurso lingüístico permite supor oposições como: no primeiro parágrafo, no lugar de *Foi apresentado o projeto de lei sobre biossegurança*, poderia ter sido dito *O Deputado X apresentou o projeto de lei sobre biossegurança*; no terceiro parágrafo, no lugar de *A Comissão Técnica de Biossegurança será ampliada*, poderia ter sido dito *A ala do partido X ampliará a Comissão Técnica de Biossegurança*; e assim por diante. Mediante esse recurso firma-se o aparente alheamento do sujeito da enunciação. Consolida-se, para o enunciado, a regra genérica da não-particularização, e, para a enunciação, a imagem do não-envolvimento próprio, como sugere o manual de redação da FSP (1987, p. 75). Para esse manual, o editorial também “deve ser sereno sem ser pesado e desinteressante”. Importa que, com essa estratégia, vai-se compondo um sujeito marcado por determinados estados patêmicos, para que se confirme o *ethos* de justa medida previsto pelas cenas englobante e genérica.

Quanto ao emprego de orações subordinadas substantivas subjetivas e predicativas, lembremos com Macambira (1970, p. 205-211) que tais orações correspondem ao *ipsum* latino: *Cumprе lembrar isso. É lamentável isso*. Esse mecanismo, contribuindo para a reificação do sujeito do enunciado, converge para o efeito de “neutralidade” do sujeito da enunciação. A propósito, ao emprego recorrente da voz passiva se junta o emprego da terceira pessoa para que se confirme o aparente alheamento das pessoas enunciativas *eu/tu* em relação ao enunciado. O discurso assim orientado consolida a representação sintática da não-pessoa, o ele. Convergente, apresenta-se no

editorial *FSP* o efeito de esvaziamento da subjetividade, concomitante ao fortalecimento da representação do papel social do sujeito, quando o narrador, no lugar de dizer “eu” ou “nós”, diz “Esta *Folha*” (cf. FIORIN, 1996a, p. 86). Constatamos portanto: no lugar de *Nós nos declaramos favoráveis à liberação da soja transgênica, Esta Folha já se declarou favorável à liberação da soja transgênica*; no lugar de *Nós consideramos que o consumidor deve ser informado, Esta Folha considera que o consumidor deve ser informado*. Fixando no plano da expressão a estratégia discursiva do próprio distanciamento, o modo de dizer corrobora o *ethos* sereno, desenhado no metro ideal do enunciado e da enunciação.

Cada escolha deflagrada remete a uma correlação de oposições homologáveis entre si: do plano do conteúdo e do plano da expressão. Assim é que o semi-simbolismo pode contribuir para a composição de determinada *héxis* corporal do sujeito; ou para a maneira de o sujeito manter e mover o próprio corpo no espaço; ou para a maneira de o sujeito apresentar o próprio corpo aos outros (cf. BOURDIEU, 1979, p. 552). As oposições referidas do plano da expressão, como: voz ativa *vs.* voz passiva; desinência de 1ª pessoa *vs.* desinência de 3ª pessoa; adjetivos subjetivos (como “lindo”, “horroroso”, segundo Barros [2002 b, p. 33]) *vs.* objetivos (como “histórico”, “administrativo”), juntamente com a extensão dos parágrafos — longos *vs.* curtos —, homologam-se a outras oposições, do plano do conteúdo, como presença volumosa *vs.* presença tênue. Para a configuração da *héxis* do sujeito da *Folha* será selecionado o segundo desses pólos. Contribuem, portanto, para a incorporação do sujeito da enunciação (cf. MAINGUENEAU, 1984, p. 101), ou para a reconstrução de um corpo do enunciador em consonância com um corpo do enunciatário, os fatos da língua considerados na sua funcionalidade discursiva.

O próprio diálogo entre o editorial e a charge na *FSP*, procedimento retomado dia a dia na página dita de opinião, delineia o caráter de um sujeito menos contundente, o que significa menos pleno de certezas e de denúncias. É bom ressaltar que convergem para o mesmo fim editorial e charge, respeitadas as diversidades impostas pelas diferentes cenas genéricas. A charge não constrói a ilusão referencial, analisando o mundo pela discussão dos temas, mas o faz pela recriação desse mundo e pela concretização desses temas nas figuras bufonas. No editorial, o comportamento interpretativo esperado do leitor é o daquele que está com os pés mais fincados na lógica; um leitor que, longe de ser afeito ao *non-sens*, tem como expectativa um mundo ordenado racionalmente. Da charge depreende-se um leitor acostumado a buscar o sentido que permanece em segredo por trás das figuras caricaturadas; um leitor acostumado a buscar a crítica jocosa; um leitor dado a construir um mundo subvertido pela comicidade. Importa, porém, para a confirmação do tom de voz do jornal, a imagem do enunciatário depreendida da intertextualidade entre editorial e charge.

Por meio de tais recursos define-se a voz da *FSP* no eixo da *mediania / baixa*, que se opõe ao eixo da *eminência / alteza*, se quisermos topicalizar, pela relação *alto / baixo*, os lugares enunciativos, como o fez Courtés (1991, p. 274). No primeiro eixo, é euforizada a *ordinariedade*; no segundo, a *extraordinariedade*. Interessante é lembrar que, no editorial da *FSP*, quando se

explicitam didaticamente termos ou siglas, num simulacro de facilitação da leitura, temos confirmada essa topologização enunciativa. Citamos como exemplos: “organismos geneticamente modificados (OGMs)” ; “ministra do Meio-Ambiente, Marina Silva” ; “Comissão Técnica de Biossegurança (CTNBio)” ; “Conselho Nacional de Biossegurança, (CNBS)” ; ou ainda o exemplo em que se especifica o sentido dos transgênicos, como no parágrafo já reproduzido.

O que vale é que, para a construção da corporalidade do sujeito desse jornal, confirma-se uma práxis enunciativa que euforiza a instabilidade, por euforizar o riso; uma práxis que viabiliza um sujeito aspectualizado mais pela probabilidade e menos pela certeza; um sujeito representado como aquele mais interessado no jogo político e menos participante desse jogo; um sujeito mais propenso ao sentimento de aptidão do que ao de competência. Para diferenciar aptidão de competência, lembramos Greimas (1986, p. 142-143), que propõe as modalidades éticas, dadas pela combinação do *crer poder fazer*, para o sentimento de competência, e pela combinação do *não crer não poder fazer*, para o sentimento de aptidão. Articulamos a aptidão ao sentimento de probabilidade e a competência ao sentimento de certeza (cf. DISCINI, 2003, p. 199). Para a certeza, Greimas (1986, p. 142-143) propõe o feixe das modalidades epistêmicas, pautado pelo *crer dever ser*. A probabilidade, por sua vez, em relação de complementaridade com a certeza, apóia-se no feixe do *não crer não dever ser*. No pólo da probabilidade e do sentimento de aptidão temos os traços psicológicos do sujeito da FSP. Greimas (1986, p. 142-143) propõe ainda como modalidades éticas, para o *crer dever fazer*, o sentimento de engajamento, e para o *não crer não dever fazer*, o sentimento de interesse. Mais o interesse e menos o engajamento remete ao simulacro da presença menos plena, menos volumosa, simulacro por meio do qual se identifica o sujeito da FSP. Destacamos, por fim, que não é impossível cruzar tais modalidades éticas e epistêmicas, consideradas no plano do conteúdo, com as oposições comentadas do plano da expressão, para que o semi-simbolismo confirme o *ethos* relativizador e eufemístico; o *ethos* mais suspeito que denunciador, identificável por meio do corpo flexível e da voz de tom ameno: o sujeito da *Folha de S. Paulo*.

Figuratividade e incorporação do sujeito

Ao procurar depreender o sujeito do discurso, temos falado em determinada corporalidade, indissociável de determinado caráter. Temos visto que corpo e caráter articulam-se a um determinado modo de dizer e, portanto, às relações estabelecidas entre enunciado e enunciação, próprias do plano do conteúdo dos textos. Temos observado a possibilidade de correlação entre categorias do plano da expressão e categorias do plano do conteúdo, correlação esta a que se dá o nome de semi-simbolismo. Temos visto que o semi-simbolismo contribui para que se delinieie o corpo do ator da enunciação. Temos também falado em temas e figuras e no modo de serem usados tais temas e figuras. *Figura*, então, foi empregada na acepção de revestimento concreto dos temas, o que remete à distinção entre textos figurativos e temáticos. Distinguiram-se, desse modo, editorial e charge: o

primeiro, como texto predominantemente temático; o segundo, como texto predominantemente figurativo.

Mas para o exame da incorporação do sujeito da enunciação, podemos recuperar ainda o conceito de figuratividade tal como está proposto por Floch, em Greimas e Courtés (1986, p. 91). Para isso resgatemos alguns itens: a – a figuratividade como a sedimentação semântica que se organiza por meio de um vasto tecido de relações, correspondente às operações de atualização do sentido efetuadas pelo leitor; b – a figuratividade como condição para a iconização, própria de um discurso que usa em abundância a referencialização; c – a figuratividade como produtora do nível profundo do discurso e como produzida por ele, na medida em que suporta e organiza uma visão de mundo ou uma ideologia e na medida em que está ligada ao espaço tímico.

Assim considerada, a figuratividade pode ser articulada mais ao figural do que ao figurativo, visto aquele como da ordem do contínuo e este como da ordem do pontual. Assim considerada, a figuratividade está além e aquém da concretização figurativa dos temas, dada em determinado nível do percurso gerativo. Está além, se a pensarmos como não-circunscrita à semântica do nível discursivo dos enunciados. Está além, se, cotejada na relação enunciado / enunciação, remeter a mecanismos de construção do próprio corpo do ator da enunciação. Depreensível do exame de estratégias de construção do texto e do discurso, a figuratividade pode ser examinada como instrumento para a iconização do sujeito da enunciação. Para os casos dos editoriais aqui comentados, a iconização do sujeito da enunciação é referendada por meio do exame das estratégias dadas pelas relações semi-simbólicas. Confirmamos, outrossim, o sujeito, como corpo iconizado, considerada a iconização como efeito de realidade, como ilusão referencial, e não como reprodução do real (THÜRLEMANN, 1982, p. 64). É bom ratificar que, assim considerada, a figuratividade é tida como procedimento contínuo da construção do sentido e, portanto, como fato inerente a qualquer texto, não importando se predominantemente temático ou figurativo.

Para dizer que a figuratividade assim concebida apóia-se mais no figural do que no figurativo, tomamos ambos os “modos de figuração” propostos por Zilberberg, em Greimas e Courtés (1986, p. 92), o figurativo e o figural: “Esses dois modos [de figuração] participam de uma correlação que inscreve o figural como constante e o figurativo como variável”. O autor acrescenta que o figural se homologa ao sentido figurado “tão bem nomeado nos manuais escolares” e o figurativo ao “sentido próprio”. A figuratividade está, por fim, aquém do nível discursivo, se a confirmarmos como rebaixada ao nível fundamental do percurso gerativo do sentido e, com Floch (1986, p. 91), pensarmos que ela integra “diferentes ordens de conversão da categoria tímica”, como já foi apontado. Vale ressaltar que, entendida como respaldo para a iconização do sujeito da enunciação, a figuratividade é tomada não apenas como componente articulador do sentido de todo o discurso, mas também como elemento depreensível da observação das relações entre o plano da expressão e do conteúdo dos textos.

Figuratividade e iconização saltam então da contingência do enunciado e passam a ser consideradas como instrumentos para a construção da corporalidade do sujeito da enunciação, à qual o leitor acede por meio da observação de um modo de dizer. Esse modo de dizer, repetimos, supõe as relações enunciação / enunciado construídas no plano do conteúdo e recriadas no plano da expressão. O sujeito da enunciação, na sua composição enunciator / enunciatário, passa a ser considerado no papel actancial de observador, para que se aspectualize a si como um modo próprio de ser. Como enunciator-produtor do enunciado, aspectualiza-se a si, deixando marcas da enunciação no enunciado; como enunciatário-leitor, interpreta essas marcas, aspectualizando-se também a si no (auto) reconhecimento de um corpo, de uma voz, de um caráter, dados estes de determinada cenografia. Enunciatário e enunciator têm corpos semelhantes, lembremos.

Vamos agora ao editorial de *O Estado de São Paulo*, "Transgênicos e demagogia", publicado na página chamada "Notas e Informações". Esse editorial, textualizado por meio de parágrafos distribuídos em quatro colunas, cada qual de 4,5 por 15,5 cm, ocupa um espaço de 20 por 18 cm da página, formada esta por três editoriais e pela seção de correspondência intitulada "Forum dos leitores". Um texto com letras menores do que as do editorial da *Folha* ocupa mais espaço na diagramação da página, para poder falar mais do que a própria *Folha*. Orientado pelo chamado "olho do texto", que abre uma clareira entre as terceira e quarta colunas com os dizeres: "Mais um caso de prática contumaz de farisaísmo demagógico e eleiçoeiro", o editorial de *OESP* atrela a questão do alimento transgênico ao caso da soja transgênica impedida de circular dentro do Estado do Paraná e suspensa das exportações via Porto de Paranaguá. A figura enfatizada no "olho do texto", a *prática contumaz de farisaísmo demagógico e eleiçoeiro*, com que se desqualifica com intensidade pejorativa a ação do ator do enunciado, antecipa a voz que mais se desvela e menos se dissimula na constituição de um *ethos*, não por acaso representado como caráter contundente e não-relativizador; um *ethos* articulado a um modo de dizer que desestabiliza as coerções genéricas, sejam elas da imprensa dita séria, sejam elas do próprio editorial. Desestabiliza coerções genéricas de várias maneiras. Vejamos.

Referencializando-se no enunciado de maneira retensiva, o sujeito do *Estado* ataca ou defende o alvo, direta e excludentemente. Dicotomizando o mundo nos termos do "contra" e "a favor", esse sujeito se apóia num *ethos* que se mostra na maneira labiríntica de dizer. No último parágrafo, por exemplo, apresenta-se como poupado de "arroubos de subjetividade"; como contrário a "um forte matiz político-ideológico"; como contrário a "descabidas dicotomias éticas em termos do 'contra' e 'a favor'"; como contrário ao "proselitismo" e ao "farisaísmo". Tais traços de caráter, atribuídos ao ator do enunciado, o governador do Paraná, Roberto Requião, são execrados na avaliação impregnada de desprezo. Tais traços remetem à imagem, ao parecer do ator da enunciação, como o antípoda de Requião.

Entretanto, por observação de um modo de dizer, o leitor constrói um *ethos* que acaba por se configurar como proselitista e catequético: um sujeito dado a querer converter o outro para as verdades apresentadas como

inquestionáveis, que é como se configura o proselitista; um sujeito inclinado ao farisaísmo, se ficarmos com um dos sentidos oferecidos pelo dicionário para “fariseu” (HOUAISS, 2001, p. 1308): alguém que atribui a si competência para julgar e condenar a conduta de outrem, alguém que se considera dono da verdade. O sujeito do *Estadão*, desse modo, firma-se a si enquanto desqualifica o outro, apesar de acabar por confirmar para si aquilo que desqualifica no outro. Eis os labirintos.

O outro desqualificado apresenta-se como: Requião; irmão de Requião; marqueteiros políticos de Requião; MST, o ele, enfim, de quem se fala, alavancado à posição de um *anti-ethos*. Provam-no as recorrentes ironias, das quais podemos recortar somente as enfatizadas pelo uso das aspas: razões “científicas” (fala atribuída ao MST; § 1); cesto com produtos “orgânicos” (fala atribuída ao MST; § 2); “Requião, o Intransigente Cruzado Antitransgênico” (fala atribuída aos marqueteiros políticos de Requião; § 3); produto “contaminado” por transgênicos (fala atribuída ao governador do Paraná; § 4); o governo paranaense quer “marcar para o mundo” que do porto do Paraná não sairão produtos transgênicos (fala atribuída ao próprio governador do Paraná; § 4).

O encaminhamento dado ao problema dos transgênicos, tido como inadequado, é então apresentado como da responsabilidade do “governador paranaense Roberto Requião (PMDB)”. A atuação nefasta do executivo, segundo tal focalização, é partilhada com o MST, ambos atores avaliados na pejoração exaltada. O governador, segundo o texto, “dá mostras de que pretende associar seu nome, de forma definitiva e indelével, à verdadeira ‘guerra santa’ político-ideológica que se faz, em outras partes do mundo e no Brasil, contra a transgenia.” Vale a pena recortar o segundo parágrafo deste editorial:

Não foi sem motivo, pois, que o governador posou, ao lado dos militantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) — grupo que aderiu de corpo e alma (pelas razões “científicas” que bem imaginamos) à cruzada antitransgênica — segurando acima dos ombros, como se fosse um troféu exibido com semblante de plena felicidade, um cesto com produtos “orgânicos” ofertado pelos emessetistas, um dos quais elevava uma paródia do Pavilhão Nacional, na qual em lugar da faixa branca em torno do globo azul conter os dizeres “Ordem e Progresso”, continha a frase “Livres de Transgênicos”. A encenação, bem de acordo com as performances que o governador Requião costuma perpetrar com vistas a assegurar intermitente espaço na mídia, se devidamente trabalhada pelos criativos marqueteiros, talvez consiga alavancar a personagem — do tipo “Requião, o Intransigente Cruzado Antitransgênico” — disposta a competir na próxima campanha presidencial... (OESP, 29/10/2003, p. A 2)

Observando o texto todo, apontam-se alguns tópicos de sua organização: a – cinco parágrafos distribuídos cada qual em uma média de 15 linhas; b – parágrafos organizados em torno de longas prótases e recorrentemente centrados em um único período; c – períodos predominantemente encadeados em hipotaxe; d – alta recorrência de: frases intercaladas;

inversão de termos da oração; expressões raras, considerado o emprego da norma culta; adjetivos com traços de intensidade avaliativa; anafóricos; aspas.

Enquanto se observa essa organização textual, destaca-se no discurso o percurso temático-figurativo da denúncia política, do qual se transcreve um exemplo que alerta para a estocagem de 62 mil toneladas de soja nos terminais do Porto de Paranaguá, sob o pretexto — sem que se tenha transmitido qualquer base de comprovação — de que aquele produto poderia estar “contaminado” por transgênicos (OESP, 29/10/2003, p.A2). Reproduzindo o final desse último excerto citado, como também o parágrafo que o segue no encerramento do editorial, encontramos:

Quanto à interpretação segundo a qual o governo paranaense quer “marcar para o mundo” que do porto do Paraná não sairão produtos transgênicos, pelo que poderia tirar vantagem comercial, ao atrair a preferência de importadores que não aceitam esses produtos, será o caso de dizer que o governador Requião pretende iniciar uma guerra comercial (talvez com alternativa fiscal...) com as outras unidades da Federação?

Reconheça-se que no mundo inteiro — e não apenas no Brasil — uma questão que deveria apenas ser objeto de uma discussão técnica e científica, como tantas outras que representam conquistas inegáveis do conhecimento, mas sobre as quais ainda não se mediram todos os possíveis efeitos, a longo prazo, sobre a saúde humana e o meio-ambiente, tem adquirido um forte matiz político-ideológico, quando não se transformado numa descabida dicotomia ética, em termos do “contra” e “a favor”. É preciso levar a transgenia de volta ao leito firme e seguro da reflexão científica — e dela refluja para o ordenamento jurídico em bases mais sólidas, em benefício conjunto do desenvolvimento econômico e da saúde da população, o que significa, em outras palavras, retirá-la dos nichos do proselitismo ideológico ou do farisaísmo demagógico-eleicoeiro, do qual Requião é praticante contumaz —, haja vista para os precedentes do tratamento aos invasores de terra e das privatizações de estradas de rodagem (OESP, 29/10/2003, p. A 2).

Mantêm-se regras básicas das cenas englobante e genérica: a preferência pelos temas concernentes à vida pública; a preservação do simulacro do narrador ausente; o emprego da variante culta da língua portuguesa; a ênfase ao percurso temático-figurativo da reflexão política, entre outras. Mas desestabilizam-se regras genéricas por meio de outros mecanismos. No trecho que segue, que é o parágrafo de abertura do editorial, a não-explicitação do que é “soja transgênica” é acompanhada de elevado índice de implicação de outras informações. Pressupõe-se logo no início um saber partilhado sobre medidas tomadas pelas autoridades paranaenses, pressuposição esta que contraria regras genéricas:

Independentemente de poder contar ou não com amparo legal para suas medidas “de impacto” contra a soja transgênica (o assunto ainda é novo e juridicamente controverso), primeiro impedindo a circulação, dentro do Estado do Paraná, de caminhões com carregamento do produto — sem o rótulo de proce-

dência — e, agora, com a suspensão das exportações de soja pelo Porto de Paranaguá — determinada segunda-feira por seu irmão Eduardo Requião, superintendente do porto, — o governador paranaense Roberto Requião (PMDB) dá mostras de que pretende associar seu nome, de forma definitiva e indelével, à verdadeira “guerra santa” político-ideológica que se faz, em outras partes do mundo e no Brasil, contra a transgenia (OESP, 29/10/2003, p. A 2).

Outra desestabilização das coerções genéricas se dá por meio do elevado índice de particularização das figuras e por meio da alta recorrência de ironia. Este editorial, diferentemente daquele da *Folha*, apresenta-se tanto isento de paráfrases explicativas como mais prolífero em pressupostos e subentendidos, o que remete a posições diferenciadas de leitura. Reunindo tais tendências aos itens elencados da textualização, consolida-se em *O Estado* a voz que fala alto e do alto, a fim de compor um modo próprio de ser crítico que, “dando nome aos bois”, particulariza o dito e, empregando adjetivos com alta carga semântica de subjetivização, como “farisaísmo *demagógico-eleicoeiro*”, entre outros, ratifica o exacerbamento do dizer. Firma-se a voz que fala mais volumosamente, como o comprova a longa extensão dos parágrafos e do texto. A representação de um corpo tanto espaçoso quanto altivo apóia-se então em outros dois simulacros: o daquele que crê dever fazer, o que o articula ao sentimento do engajamento; o daquele que crê poder fazer, o que o articula ao sentimento da competência.

Os pólos do engajamento e da competência se articulam ao crer-dever-ser, que enfeixa o sentimento da certeza, para que se constitua o sujeito do *Estado* como determinada “visão de mundo”. Esses pólos são complementares mas não idênticos aos escolhidos pela *Folha*, o que assegura ao analista a apreensão de dois *ethes*. Na *Folha* confirma-se o *ethos* do sentimento de aptidão, definido como faculdade ou propensão, tendência ou habilidade para determinada construção do mundo. No *Estado* confirma-se o *ethos* da competência, sustentado na imagem daquele que tem autoridade, capacidade, poder, conhecimento aprofundado e reconhecido. Esse fato por sua vez fundamenta estratégias argumentativas como a ironia recorrente, enfatizada pelo uso das aspas. Dos exemplos dessa ironia destacamos “medidas ‘de impacto’” e “‘guerra santa’ político-ideológica”, ironia usada para designar não apenas ações administrativas de Requião, mas também e principalmente a ética-alvo da denúncia. A propósito, sobre o contraste entre o dizer e o dito, que funda a ironia, notamos que, enquanto o enunciado do editorial afirma o “‘impacto’ dito pelo outro, a enunciação nega — o dito e o dizer do outro; enquanto o enunciado fisga do discurso do outro a “guerra santa”, a enunciação nega — o dito e o dizer do outro. Separam-se assim pelo mecanismo da ironia, no plano do conteúdo, o eu e o outro. Separam-se uma vez mais, por meio do emprego das aspas, no plano da expressão, o eu e o outro. A propósito, a toponímia discursiva, vista como o lugar da enunciação construído por simulação no enunciado, é estabelecida de modo verdadeiramente diverso no *Estado* e na *Folha*; naquele e não neste jornal, lugares de extraordinariedade / excelência são reinterpretados como os valores do Bem. É para a cenografia da extraordinariedade / excelência de

um modo de presença que o uso recorrente das aspas contribui. Falemos então um pouco mais dessas notações gráficas.

As aspas, segundo Authier-Revuz (1982, p. 140-145), servem para mostrar e marcar o discurso do outro no discurso do *um*, delimitando textualmente esse outro, representado nas citações. As aspas compõem a heterogeneidade mostrada e marcada do discurso. Tal heterogeneidade, acidental, que se deixa captar na materialidade do enunciado, é diferente da heterogeneidade constitutiva: esta, inerente a todo discurso, não se dá a ver no enunciado. As seqüências recortadas do editorial *OESP*, devido ao uso recorrente das aspas, remetem à heterogeneidade mostrada e marcada. Mais que isso, porém, essas seqüências recriam no plano da expressão a imagem de um sujeito que metadiscursivamente observa as próprias palavras; um sujeito assim fortalecido como modo próprio de presença no mundo. A recorrência das aspas no caso do *Estadão* se homologa ao perfil traçado no plano do conteúdo para que se confirme um *ethos* que, longe de se constituir como eufemístico e relativizador, como o da *Folha*, confirma-se como hiperbólico e contundente. O uso recorrente das aspas se atrela então ao figural, para radicar, no plano da expressão, a voz categórica que, ao julgar, dá indicação de renegar o outro, o alvo da crítica.

Authier-Revuz (1982, p. 140-145) faz um alerta sobre o emprego do recurso das aspas. Diz ela que é como se fosse propriedade exclusiva do *um* aquilo que permanece fora do segmento aspeado. A observação da autora permite fundamentar a recriação, no plano da expressão, da imagem de um sujeito que simula um modo soberano de ser. Diz a autora que, “designando o outro em um ponto do discurso, o locutor institui diferencialmente o resto do discurso como emanado dele mesmo”, ao que ela acrescenta: “[o locutor] institui cada palavra [fora das aspas] como transparente e vinda dele mesmo, por oposição às outras palavras marcadas”. Continua a autora, dizendo que o sujeito (por ela designado locutor) “assevera, por meio do estatuto do contingente, do ‘evitável’, que é dado a essas emergências do outro, que o discurso, em geral é potencialmente, completamente homogêneo”. As formas de heterogeneidade mostrada e marcada podem então ser consideradas “um modo de denegação, no discurso, da heterogeneidade constitutiva”, como está confirmado por Authier-Revuz: “Através dessas marcas, o sujeito se esmera, designando o outro, localizado, enquanto fortalece o estatuto do *um*”.

No editorial do *Estadão*, tais aspas, consideradas no uso altamente recorrente; consideradas também na relação com os outros fatores do plano da expressão; consideradas ainda na relação do plano da expressão com o plano do conteúdo, consolidam no plano da expressão um modo próprio de presença: modo altivo, dado a exaltar o próprio lugar de celsitude, a salvo, aliás, do outro, de quem *eu* e *tu* — incluídos em um *nós* — falamos. Iconizado no corpo inflexível, o simulacro desse sujeito, confluyente para a valorização positiva do eixo identidade / alteridade do nível fundamental do percurso gerativo, confluyente ainda para o valor dado à própria soberania destacada do nível narrativo, reflui, outrossim, no discurso, para a figura do participante, e não do espectador do jogo político. É curioso observar que

essa iconização de um corpo é legitimada pelo próprio selo EX-LIBRIS, que, encabeçando em todas as edições a página de editoriais, rememora a tradição do jornal como o "paladino das instituições" (cf.: site <http://www.estado.com.br/inst/inst1.html>). Esse selo, segundo informação obtida na fonte citada, apresenta a imagem de um jornalista, Bernard Grégoire, que, por volta do ano de 1878, "saía a cavalo, anunciando o jornal com o som rouco de uma buzina de chifre". O *Estadão* nessa época ainda era *A Província*.

Como vemos, é preciso não só coerência, mas também permanência ética, para que seja incorporado o sujeito de um jornal, como corpo, voz, caráter, estilo, enfim. A identidade estilística de determinado jornal, enquanto corporalidade, remete a um reconhecimento mútuo, entre enunciador e enunciatário. Esse reconhecimento se funda em determinado código icônico construído por uma totalidade e projetado na relação de reciprocidade entre enunciador e enunciatário. Nos textos verbais o código icônico, que respalda o corpo do ator da enunciação, dá-se a conhecer por meio do exame dos fatos da língua, cotejados nas relações semi-simbólicas estabelecidas pelos textos. Para respaldar tal iconografia do sujeito da enunciação, enfatizamos o apoio encontrado em Thürlemann (1982, p. 64) e em Fiorin (1996a, p. 85). Cada qual a seu modo discorre sobre a iconicidade. Thürlemann reflete sobre a iconicidade em pintura, destacando o caráter convencional das representações icônicas e propondo o código icônico como feixe de "traços visuais convencionalizados tanto no domínio do socioletal (estilo de uma escola) como do idioletal (estilo de um artista)." Fiorin, ao ponderar as relações entre corpo e sentido, fala em iconografia dos corpos do enunciado: "O sentido desses corpos de papel está relacionado ao sentido global do texto. Por exemplo, é muito comum que, na iconografia do realismo socialista, os corpos dos capitalistas sejam gordos, enquanto os dos comunistas sejam esbeltos." Pensamos que o estilo ou o homem, o sujeito, enfim, de uma totalidade discursiva, pode ser incorporado como determinado código icônico próprio à determinada totalidade, e obtido por meio da observação das relações de sentido estabelecidas no plano do conteúdo e reconstruídas no plano da expressão dos textos.

Abstract

The subject of enunciation, conceived as the construction of discourse, that is, as the meaning effect of individuality, implies a voice, a body, a character and an "ethos". This subject, inferable from texts by means of an analysis which observes the relation of the expression plan with the content plan, can, during the reading process, be incorporated by the observation of homologations of categories of the expression plan with categories

of the content plan. This subject, inferred in this study from journalistic texts, emerges from semi-symbolic relations which confirm the importance of the expression plan of texts of such a genre, so that the style of a newspaper can be described.

Keywords: enunciation; ethos; style; text; discourse.

Referências

- ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. Rio de Janeiro: Ediouro, s. d.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. Paris, Centre de Recherche de l'Université de Paris, VIII, *DRLAV*, 26, p. 91-151, 1982.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. *A cultura popular na idade média e no renascimento*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria do discurso: fundamentos semióticos*. São Paulo: Humanitas-FFLCH/USP, 2002a.
- _____. A comunicação humana. In: FIORIN, J. L. (Org.). *Introdução à lingüística I: objetos teóricos*. São Paulo: Contexto, 2002b. p. 25-53.
- BOURDIEU, Pierre. *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Minuit, 1979.
- COURTÉS, Joseph. *Analyse sémiotique du discours: de l'énoncé à l'énonciation*. Paris: Hachette, 1991.
- DISCINI, Norma. *O estilo nos textos*. São Paulo: Contexto, 2003.
- FIORIN, José Luiz. O corpo nos estudos da semiótica francesa. In: SILVA, A. Ignácio et al (Org.). *Corpo e sentido*. Araraquara: Ed. da Unesp, 1996a. p. 85-90.
- _____. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 1996b.
- FOLHA DE SÃO PAULO. *Manual geral de redação*. São Paulo: Folha da Manhã, 1987.
- GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1989.
- _____. *Sémiotique; dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris: Hachette, 1986. v. 2.
- HOUAISS, Antônio et al. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- MACAMBIRA, José R. *A estrutura morfo-sintática do português*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1970.

MAINGUENEAU, Dominique. *Genèses du discours*. Bruxelles: Pierre Mardaga, 1984.

_____. *O contexto da obra literária*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. Ethos, scénographie, incorporation. In: AMOSSY, Ruth, (Dir.). *Images de soi dans le discours : la construction de l'éthos*. Lausanne: Delachaux et Niestlé, 1999. p. 75-100.

THURLEMMANN, Félix. *Paul Klee : analyse sémiotique de trois peintures*. Lausanne: L'Age d'Homme, 1982.